

## **Impacto econômico da Influenza Aviária no setor avícola**

*Autor: Paulo César Martins, médico veterinário, Lohmann Animal Health*

### **30 anos de perdas econômicas por IA**

#### **Américas**

Nas últimas três décadas, a Influenza Aviária (IA) causada pela amostra H5N2, percorreu um caminho de norte a sul nas Américas do Norte e Central. Iniciou nos EUA, passou ao México e depois desceu para a América Central. Em maio de 2002, o Chile sofreu um surto de IA, pela amostra H7N3, classificada como Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP).

Devido à excelente organização estrutural da indústria avícola do Chile e à rápida intervenção coordenada pelas autoridades do SAG (Servicio Agrícola y de Ganadería), a enfermidade foi controlada com a eliminação de cerca de meio milhão de aves, com perdas aproximadas de 31 milhões de dólares.

Os EUA voltaram a sofrer baixas, em fevereiro de 2004, pelas amostras H7N2 (Delaware e New Jersey), amostra H2N2 (Pensilvânia) e H5N2 (Texas).

#### **Ásia e Europa**

Em 1997, Hong Kong experimentou um surto de IAAP em aves do mercado público e granjas comerciais pela amostra H5N1, que produziu vítimas humanas, que tiveram contato direto com as aves enfermas. A eliminação de 1,5 milhões de aves, incluindo as aves de todos os mercados públicos, levou à erradicação da doença.

Ainda em 1997, a Itália sofreu um surto por uma amostra H5N2 e foi limitada a apenas alguns lotes. Entretanto, em 1999 este país sofreu um novo surto de IA, produzido pelo subtipo H7N1, originado de uma amostra de Influenza Aviária de Baixa Patogenicidade (IABP). Neste caso, 16 milhões de aves foram mortas ou sacrificadas. Estima-se que os gastos para o controle e perdas totais neste último surto chegaram à casa dos 440 milhões de euros.

Na Holanda, em março de 2003, um surto de IAAP pela amostra H7N7, originado em sistema de criação semi-extensiva (aves orgânicas), infectado inicialmente por uma amostra de IABP, levou à eliminação de mais de 30 milhões de aves e custos econômicos diretos aproximados de 150 milhões de euros. Estima-se que os prejuízos totais (diretos e indiretos) advindos deste surto ultrapassem a casa do meio bilhão de euros.

Na Ásia, o surto de IA causado pela amostra H5N1, iniciado em dezembro de 2003, alcançou efetivamente dimensões continentais. Estima-se que existam, naquela área, mais de 200 milhões de pequenos produtores (avicultura familiar) que criam apenas algumas dezenas de aves, em sistema não tecnificado, com grande promiscuidade de espécies aviárias e precário controle sanitário.

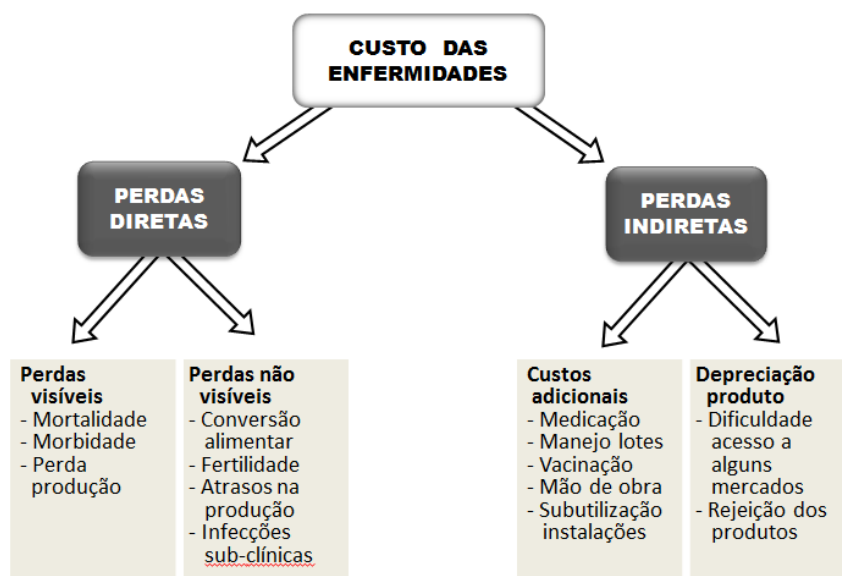
A IA continua a afetar a economia de certos países do Sudeste Asiático em que a doença é endêmica. Apenas nos surtos de 2003-2004 pela amostra H5N1, as perdas para o setor avícola na Ásia ascenderam a 8 bilhões de euros (European Commission 2006). Um relatório conjunto da FAO e ONU alerta que erradicar o vírus da IAAP H5N1, nos seis países em que a doença é mais endêmica, levará, pelo menos, uma década (FAO 2011).

#### **Modelos de avaliação econômica produzidos pela Influenza Aviária**

Não há uma abordagem uniforme para a avaliação econômica dos impactos das doenças animais transfronteiriças. Estudos sobre doenças animais têm-se concentrado sobre a produção e os impactos no comércio. Vários autores buscam analisar, classificar e avaliar as perdas socioeconômicas das enfermidades animais, zoonóticas ou não, epidêmicas ou não, na produção e comércio animal de diversas formas.

De acordo com Otte (2000), as perdas provocadas pelas doenças animais podem ocorrer de forma direta ou indireta conforme demonstrado na Fig. 1. No Brasil, Fachinello (2008) verificou que a rejeição pelo consumo de aves e ovos em caso de um surto IA pode chegar até a 66% em algumas regiões. Portanto, este item deve ser levado sempre em conta ao analisarmos o impacto econômico da IA em populações específicas.

**Fig. 1 – Perdas diretas e indiretas produzidas pelas enfermidades animais**



Adaptado de Otte 2000

### **Impacto potencial econômico de um surto de IA na América Latina**

Pratt&Falconi (2007) analisaram os surtos de IAAP ocorridos no Leste e Sul da Ásia e verificaram grandes diferenças de perdas econômicas no Vietnã, Indonésia e Japão (Tabela 1). Estas diferenças se deveram aos distintos cenários de preparação do país (produtores e autoridades de saúde pública e animal) para detectar precocemente o problema através de um sistema de vigilância sanitária ativa e passiva, bem como enfrentar situações de emergência em pandemias, zoonóticas ou não.

**Tabela 1 – Perdas econômicas por HPAI ocorrida em países Asiáticos selecionados na pandemia de 2003 e 2004**

Item analisado	Vietnã	Indonésia	Japão
Perdas produção carnes (milhões US Dólares)	55	387	15
% do PIB total	0,12%		
Mortalidade ou <i>stamping out</i> (milhões aves)	45,0	16,2	0,275

Adaptado de Pratt&Falconi (2007)

Utilizando como parâmetro as perdas econômicas produzidas pelo surto de IAAP nos dois cenários – Vietnã e Japão – os autores apresentam uma estimativa das perdas econômicas da América Latina (AL), em cada um destes cenários (Tabela 2).

**Tabela 2 – Estimativas de perdas econômicas da América Latina originadas por uma pandemia de IAAP, em dois cenários selecionados**

Cenários	Vietnã	Japão
Custos de um surto de IAAP na AL (milhões US Dólares)	6.840	742

Adaptado de Pratt&Falconi (2007)

Observa-se que a diferença de valores é nove vezes maior para um país menos preparado para enfrentar problemas desta ordem. O que difere os impactos ou consequências socioeconômicas de um surto de IAAP nos países é, em maior grau, o preparo do setor para enfrentar o problema. Com este propósito, utilizando vários parâmetros e metodologias de pesquisa, Pratt & Falconi (2007) desenvolveram um Índice de Prontidão para enfrentamento de um surto de IAAP nos países da América Latina (Tabela 3).

Como podemos observar existem diferenças significativas na prevenção, elaboração de planos de contingência, vigilância sanitária e de laboratórios de diagnóstico entre os países latino-americanos e mesmo entre regiões do continente. É importante ressaltar que esta região deverá responder por quase metade do crescimento de oferta de alimentos nos próximos 40 anos.

**Tabela 3 – Índice de prontidão para enfrentamento de um surto de IAAP em países da América Latina (quanto maior a pontuação, melhor a condição do país)**

País	Prevenção	Contingência	Vigilância	Laboratórios	Saúde Pública	Total
Mexico	75	83	67	67	67	72
Brazil	75	75	67	67	92	75
Argentina	75	75	58	75	67	70
Chile	83	83	75	67	83	78
Paraguay	58	50	33	33	33	42
Uruguay	67	58	50	42	67	57
Southern Cone	71	67	54	54	63	62
Bolivia	50	42	42	33	33	40
Colombia	58	50	58	58	33	52
Ecuador	42	33	25	33	33	33
Peru	67	58	58	58	33	55
Venezuela	33	17	17	33	33	27
Andean Pact	50	40	40	43	33	41

Pratt&Falconi (2007)

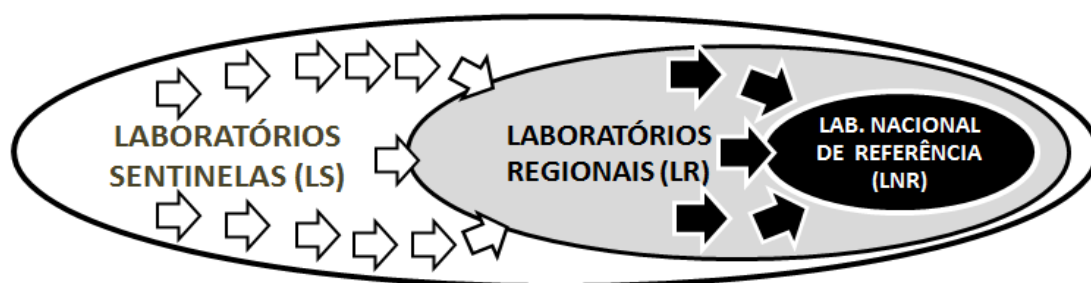
### **Laboratórios de referência para enfermidades avícolas na América Latina**

De acordo com a OIE (2011), a América Latina não conta com laboratórios de referência deste organismo para enfermidades avícolas, apesar de 25% da produção avícola se encontrar nesta região. A América Latina possui 16 laboratórios de referência da OIE para outras espécies animais, concentrados principalmente em bovinos. A Argentina sozinha detém 12 destes laboratórios, México 2 e Brasil 2.

O agronegócio representa até 1/3 do PIB de alguns países da América Latina. Mesmo assim muitos governos não aportam os recursos básicos para dar o suporte necessário à atividade, num mundo globalizado e competitivo. Um plano básico para a implantação de um sistema laboratorial de vigilância sanitária animal é apresentado na Fig. 4 (Martins 2009).

Cada região produtora avícola deveria contar com laboratórios sentinelas onde participam laboratórios privados, de universidades, de institutos de pesquisa, de alimentos e água, de meio ambiente, de saúde pública, mas sempre acreditados e monitorados periodicamente através de provas de proficiência. Estas provas seriam de responsabilidade exclusiva do Laboratório Nacional de Referência que deveria aplicá-las periodicamente a fim de garantir a segurança do sistema. Isso é básico, relativamente barato, mas raramente desenvolvido nos países da América Latina.

**Fig. 4 – Plano básico para o desenvolvimento de um sistema laboratorial de vigilância sanitária animal**



LAB. SENTINELAS (LS) <sup>(1)</sup>	LAB. REGIONAIS (LR)	LAB. NAC. REFERENCIA (LNR)
<b>Laboratórios privados ou oficiais <u>acreditados</u>:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Triagem dos casos de campo ou de amostras recebidas</li> <li>▪ Desenvolvimento de serviços de rotina e diagnóstico laboratorial</li> <li>▪ Serviços de vigilância passiva e ativa</li> <li>▪ Exames para importação e exportação de aves e subprodutos</li> <li>▪ Preparo de amostras para envio a outros laboratórios - LR ou LNR - sempre que necessário</li> </ul>	<b>Laboratórios oficiais, responsáveis por:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inspeção dos LS para acreditação</li> <li>▪ Aplicação de provas sistemáticas de proficiência dos LS para diversos agentes: infecciosos, contaminantes e tóxicos</li> <li>▪ Triagem e diagnóstico laboratorial dos casos enviados pelo LS</li> <li>▪ Provas e contraprovas em amostras de material para importação e exportação</li> <li>▪ Serviço de vigilância ativa e passiva</li> <li>▪ Preparo de amostras para envio a LR sempre que necessário</li> </ul>	<b>Laboratórios oficiais, responsáveis por:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manipulação de material suspeito altamente infeccioso ou tóxico enviados pelos LS ou LR</li> <li>▪ Coleta e análise de dados enviados pelos LS e LR</li> <li>▪ Responsáveis pelo envio de amostras para provas de proficiência dos LR e LS</li> <li>▪ Relação com os serviços oficiais nacionais de saúde veterinária e pública</li> <li>▪ Relação direta com a coordenação dos programas de vigilância e organismos internacionais</li> </ul>
<p><sup>(1)</sup> Laboratórios Sentinela: podem participar laboratórios privados, de universidades, de institutos de pesquisa, dos segmentos veterinários, de alimentos e água, de meio ambiente, de saúde pública, mas sempre acreditados y monitorados periodicamente através de provas de proficiência de responsabilidade dos LR o LNR</p>		

Martins 2009

### Monitoração IA de baixa patogenicidade (H5 e H7)

A monitoria sorológica sistemática dos plantéis é um das armas mais importantes para detectar precocemente a infecção dos lotes por cepas de IABP – sobretudo H5 e H7 – e assim evitar sua transformação em cepas mais virulentas. Granjas comerciais de reprodução, aves de corte e postura, abatedouros, estabelecimentos de comercialização de aves vivas, pequenos produtores avícolas, produtores de aves ornamentais e aves de vida livre e / ou migratórias devem participar do programa nacional de monitoria sorológica.

Nos EUA, a produção animal conta com mais de 125 laboratórios credenciados de diagnóstico veterinário, públicos e privados, além de 68 laboratórios envolvidos diretamente no Plano Nacional de Melhoria Avícola (NPIP).

Sob a coordenação do MAPA algumas empresas brasileiras apresentaram à OIE o interesse em desenvolver um projeto piloto de compartimentação, assim as empresas deste “compartimento” poderiam evitar problemas futuros na exportação de seus produtos, caso o país sofresse um surto de IA.

Novamente aqui os laboratórios sentinelas e regionais estariam envolvidos com um intenso programa de monitoria laboratorial para garantir a identificação imediata de qualquer patógeno que representasse uma ameaça às exportações. Caso a compartimentação venha a ser definitivamente aprovada pela OIE, cabe uma pergunta: - Estarão os laboratórios de diagnóstico avícola do Brasil preparados para receber uma elevada carga extra de amostras para atender a demanda específica da compartimentação?

### Fundos para prevenção da IA

De acordo com Falconi (2006), os investimentos na área de saúde animal para melhorar o sistema de controle da IA, na América Latina, foram estimados em US\$ 247 milhões. Perto de 40% destes investimentos correspondem ao Brasil e México, o que significa US\$ 100 milhões. O custo benefício esperado para a região seria da ordem de 4,5 vezes, o que indica um elevado retorno de investimento. Em sua análise final, o autor afirma que os investimentos para melhorar a prevenção da IAAP poderiam evitar mais de US\$ 1,2 bilhão de custos para o controle do surto. Estes gastos poderiam também baixar os riscos da ocorrência de uma

pandemia, em qualquer região da América Latina, que poderia causar perdas entre US\$ 12 e US\$ 85 bilhões.

### Considerações finais

- Após 30 anos de surtos de IA esta enfermidade continua a preocupar empresários, autoridades de saúde, governos e a população, de todo o mundo.
- Geralmente, os surtos de IA pelos subtipos H5 e H7 iniciam-se de forma branda, silenciosa; a monitoria laboratorial sistemática poderia identificar as amostras de vírus IABP em tempo hábil e instalar programas de controle, antes que elas se tornem amostras de IAAP.
- Os laboratórios de diagnóstico avícolas na América Latina podem não ter hoje as condições ideais para atender a demanda necessária de exames de rotina para os subtipos H5 e H7 que a atividade requer.
- A América Latina representa quase 1/3 da produção avícola mundial e possui somente 8,8% da população do planeta; a indústria avícola desta região já se deu conta disso?
- As autoridades estaduais ou provinciais dificilmente terão a iniciativa de criar laboratórios regionais oficiais de diagnóstico avícola, e credenciá-los, sem pressão dos empresários do setor.
- Sem a união de produtores, empresários e todos os demais interessados em associações avícolas atuantes, em todas as esferas (político-econômico-financeiras), os objetivos dificilmente serão alcançados; a indústria automobilística e o setor financeiro já aprenderam esta lei de mercado, a avicultura ainda não.
- Em tempos de explosão das mídias sociais a indústria avícola necessita, com urgência, levar mais informação ao grande público consumidor, assim como já fazem outros segmentos.
- Temos consciência de que não podemos eliminar o risco de um surto de IAAP, na América Latina. Mas a indústria avícola e as autoridades têm a obrigação de monitorar estes riscos.

### Bibliografia

- ANFAVEA. 2011. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. <http://www.anfavea.com.br/anuario.html>. Acesso: 06.Jun.2011
- European Commission. 2006. Avian Influenza. Factsheet. Health & Consumer Protection. [http://ec.europa.eu/health/ph\\_threats/com/docs/factsheet\\_influenza\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/health/ph_threats/com/docs/factsheet_influenza_en.pdf). Acesso: 08-Jul-2011.
- Fachinello AL. 2008. Avaliação do impacto econômico de possíveis surtos da gripe aviária no Brasil: uma análise de equilíbrio geral computável. Tese. ESALQ. USP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-17072008-150109/pt-br.php>. Acesso: 06-Jun-2009
- Falconi C. 2006. Potential Economic Impact of Avian Influenza in Latin America. Inter-American Development Bank (IDB). <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=789199>. Acesso: 23-Set-2008.
- FAO. 2011. Approaches to controlling, preventing and eliminating H5N1 Highly Pathogenic Avian Influenza in endemic countries. Animal Production and Health Paper. No. 171. Rome. <http://www.fao.org/docrep/014/i2150e/i2150e.pdf>. Acesso: 08 – Jul – 2011.
- GALL, F. 2006. Economic and Social Consequences of Animal Diseases. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20954941~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>. Acesso: 10-Jan-2007.
- IMF 2006. The Global Economic and Financial Impact of an Avian Flu Pandemic and the Role of the IMF. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/afp/2006/eng/022806.pdf>. Acesso: 27-Mar-2011.

- Otte MJ & Chilonda P. 2000. Animal Health Economics: an Introduction. Livestock Information. Animal Production and Health Division (AGA), FAO, Rome, Italy. <http://www.fao.org/ag/againfo/resources/en/publications/agapubs/pproc01.pdf>. Acesso: 25-Abr-2011.
- Otte MJ, Nugent R. & McLeod A. 2004. Transboundary Animal Diseases: Assessment of socio-economic impacts and institutional responses. Livestock Policy Discussion Paper No. 9. Food and Agriculture Organization. February 2004. [http://www.fao.org/ag/againfo/resources/en/publications/sector\\_discuss/PP\\_Nr9\\_Final.pdf](http://www.fao.org/ag/againfo/resources/en/publications/sector_discuss/PP_Nr9_Final.pdf)
- Martins PC. 2004. Impacto Econômico e Social Envolvido em um Surto de Doenças Avícolas da Lista-A da OIE. Memórias: “V Simpósio Brasil Sul de Avicultura”. Chapecó – SC. Brasil.
- Martins PC. 2009. Vigilancia de Enfermedades Emergentes y Reemergentes. Memórias: XXI Congreso Latinoamericano de Avicultura – La Habana – Cuba.
- Najberg S & Pereira RO. 2004. Novas Estimativas do Modelo de Geração de Empregos do BNDES. [http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/renai/public/arquivo/arq1273762148.pdf](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1273762148.pdf). Acesso: 08-Jul-2005.
- OIE. 2011. List of Laboratories. Reference Experts and Laboratories. <http://www.oie.int/en/our-scientific-expertise/reference-laboratories/list-of-laboratories/>. Acesso: 03-Jul-2011.
- Pratt NA & Falconi C. 2007. Potential Economic Impact of Avian Influenza on the L. American and Caribbean Poultry Sector. <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1481622>. Acesso: 23-Set-2008.
- Silva PL & Martins PC. 2009. Doenças Infecciosas Emergente e Re-emergentes, pp 1083-1093. Doença das Aves. FACTA. Campinas. Brasil.
- WHO. 2004. Report of the WHO/FAO/OIE Joint Consultation on Emerging Zoonotic Diseases. Switzerland. [http://whqlibdoc.who.int/hq/2004/who\\_cds\\_cpe\\_zfk\\_2004.9.pdf](http://whqlibdoc.who.int/hq/2004/who_cds_cpe_zfk_2004.9.pdf). Acesso: 03-Abr-2008.

## Entrevista

**Paulo César Martins**

**“Falta lobby na avicultura”**

Há anos, o médico veterinário Paulo César Martins insiste na tese de que, no que se refere à saúde, estamos todos num mesmo barco. O conceito de “Uma Saúde”, na verdade, foi criado pela OIE. Partindo dessa premissa, não existe saúde animal, saúde humana ou saúde da Europa ou da Ásia. A saúde é única.

Paulo César tem divulgado este conceito em grandes eventos como no último Congresso Latino-americano de Avicultura, realizado em Buenos Aires, em 2011. Na Argentina, abriu sua apresentação mostrando o número de voos internacionais em apenas 24 horas e as dificuldades de se isolar o homem e os animais, de um país, uma região ou um continente. Daí a importância da ideia de “Uma Saúde”.

Para ele, cabe às autoridades de cada nação construir sistemas de vigilância sanitária humana e animal para melhor lidar com o controle das enfermidades.

O Brasil, por exemplo, não conta com laboratório de referência para o diagnóstico de Influenza Aviária. “Cada país onde a atividade avícola representa uma parcela importante do produto interno bruto deve se preparar para a criação de uma estrutura laboratorial capaz de atender as necessidades nacionais”, afirma. “Onde está o lobby de um setor que representa, por exemplo, no Brasil, mais de 1,5% do PIB e 4 milhões de empregos diretos e indiretos?” A seguir, a entrevista com ele.



**Revista do AviSite: O que é o conceito “Uma Saúde”?**

**Paulo César Martins:** Há muitos anos tenho um conceito próprio sobre saúde & cadeia da produção animal. Nesta visão sempre incluí a espécie humana (o predador final) fazendo parte desta cadeia alimentar. Portanto, nada mais lógico do que pensar em uma só saúde, para todos os animais desta cadeia, e assim promover o conhecimento da interface da medicina humana e animal, no estudo das moléstias infecciosas. Mais recentemente, com o advento da globalização, o fluxo sem precedentes de pessoas e alimentos - quase em tempo real, aliado às mudanças climáticas - potencializaram os riscos da disseminação de micro-organismos, patógenos ou não. Como informado num boletim da OIE de Abril de 2009: “Já era hora da tomada de consciência coletiva do vínculo existente entre as enfermidades animais e saúde pública” ([www.oie.int/es/para-los-periodistas/editoriales/detalle/article/one-world-one-health/](http://www.oie.int/es/para-los-periodistas/editoriales/detalle/article/one-world-one-health/)).

**AviSite: O Brasil está preparado para enfrentar um foco de Influenza Aviária?**

**Paulo César:** Temos conhecimento científico e qualidade técnica nos quadros do MAPA e da indústria avícola para enfrentar focos não somente de IAAP, mas também da Doença de Newcastle. Os exercícios de campo e planos de contingência, desenvolvidos ao longo dos últimos anos, são uma prova real disso. Minha preocupação se dá não pela qualidade, mas pela quantidade de técnicos disponíveis e insumos necessários, num surto real. Tenho entendido que o MAPA deverá desenvolver novos concursos públicos visando à contratação de novos fiscais agropecuários. Ainda, assim como comenta Falconi (2006), os investimentos na área de saúde animal para melhorar o sistema de controle da IA no Brasil e no México estariam na ordem de US\$ 100 bilhões. Entretanto, de acordo com o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 do MAPA, no Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária (página 188) o valor empenhado em 2008 foi da ordem de 134 milhões de Reais. Ou seja, estamos falando de grandezas com diferença de três logaritmos. Ademais, é fundamental lembrar que planos de controle de enfermidades zoonóticas tem que estar muito bem fundamentados nos planos epidemiológicos, jurídicos e de compensação monetária ao produtor afetado. Do contrário nunca irá existir uma segunda notificação de um caso.

**AviSite: De quanto seriam as perdas por aqui?**

**Paulo César:** É muito difícil prever, pois as variáveis são inúmeras: localização do surto, região, fronteiras naturais existentes, tipo de plantel afetado (corte, postura, reprodução), nível tecnológico da atividade, atuação do sistema de vigilância sanitária animal da região, virulência da amostra envolvida, tempo para eliminação dos plantéis e controle dos focos, e, sobretudo vazio sanitário antes do repovoamento das aves. No trabalho do Falconi (2006) ele informa que os investimentos poderiam evitar mais de US\$ 1,2 bilhão de custos para o controle do surto. Dependendo da região brasileira onde ocorresse o surto, este número não estaria fora da realidade, podendo ser até maior.

**AviSite: No que os laboratórios que já existem no Brasil precisam melhorar? É o setor privado quem deve se incumbir desta tarefa?**

**Paulo César:** Se você fizer esta pergunta para técnicos de diferentes setores, provavelmente irá obter respostas bastante distintas. Não creio em um serviço centralizado para dar suporte a um serviço nacional de vigilância ativa e passiva. Nenhum dos grandes países produtores de frangos possui este sistema. No meu entender, o serviço deve ser descentralizado, com participação de laboratórios privados, de universidades, institutos de pesquisa, todos credenciados, acreditados, sofrendo provas de proficiência periódicas rigorosas, desenvolvidas por entidades independentes (Embrapa?). A coordenação geral do sistema de vigilância nacional, sem dúvida alguma, deveria estar ligada ao MAPA. Temos consciência de

que não podemos eliminar o risco de um surto de IA de alta patogenicidade na América Latina. Mas a indústria avícola e as autoridades têm a obrigação de monitorar estes riscos.

**AviSite: Por que não há no Brasil (ou na América Latina) nenhum laboratório oficial?**

**Paulo César:** Cada país onde a atividade avícola representa uma parcela importante do produto interno bruto deve se preparar para a criação de uma estrutura laboratorial capaz de atender as necessidades nacionais. Emito apenas minha visão. Nenhum governante vai acordar pela manhã, se espreguiçar, sorrir e dizer: “*Puxa, hoje estou com vontade de criar um laboratório de referência para influenza aviária*”. Onde está o lobby de um setor que representa, por exemplo, no Brasil, mais de 1,5% do PIB e 4 milhões de empregos diretos e indiretos?

**AviSite: O jornal britânico semanal “The Economist” percebeu e divulgou o crescimento da América Latina há tempos e divulgou o assunto em uma capa. E os produtores de frango e brasileiros em geral? Têm consciência da importância e grandeza do próprio país?**

**Paulo César:** A América Latina representa quase 25% da produção mundial de frangos e possui apenas 8,8% da população do planeta. Nota-se que há um desbalanço em favor da região. E a tendência, nos próximos anos, é o crescimento da população da Ásia e África, regiões onde a produção de alimentos não vai crescer no mesmo ritmo, aumentando a diferença população X produção de alimentos. O interessante é que temos um produto nosso, o frango, de qualidade única no mundo, e não o promovemos como os suíços fazem com seu chocolate (e são importadores de cacau), os japoneses e coreanos com os eletrodomésticos e veículos (e são importadores de aço e outras matérias-primas), e, mais recentemente, um americano que compra café em todo o mundo e o revende com a grife Starbucks. O que falta para nós para termos a grife do frango brasileiro? Em tempos de explosão das mídias sociais a indústria avícola necessita, com urgência, levar mais informação da qualidade deste produto ao grande público consumidor “glocal” (global & local), assim como já fazem outros segmentos.